

Segurança pública, afinal?

Rogério L. Furquim Werneck*

Antes tarde do que nunca. A questão da segurança pública entrou na campanha eleitoral como um elefante em loja de louças. E deixou o governo estupefato por só ter percebido agora, tão tardiamente, a extensão da indignação do eleitorado com a complacência do poder público com o crime organizado.

Por vias tortas e ao sabor dos desígnios de um governador mais que torto, ficaram, afinal, expostos ao debate eleitoral o descaso e a irresponsabilidade com que, por décadas, as elites dirigentes do País, à esquerda e à direita, vêm se permitindo tratar a segurança pública.

O jogo de empurra de Brasília é bem conhecido. O governo federal tem se escondido atrás da alegação de que é aos Estados que a Constituição atribui a função de manter a segurança pública. É espantoso que, ainda na semana passada, voltar a esse realejo tenha sido a primeira reação do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, ao que eclodira no Rio de Janeiro.

É mais do que sabido que as dificuldades do combate ao crime organizado mudaram de patamar em decorrência do amplo acesso a armas pesadas que as facções passaram a ter. E isso só ocorreu por que o governo federal vem tendo um desempenho desastroso numa função fundamental que a Constituição a ele, e só a ele, atribui: vigilância das fronteiras e combate ao contrabando de drogas, armas pesadas e seus componentes.

Por 17 dos últimos 23 anos, o País vem sendo governado por presidentes petistas. Durante esse período, a partir do Rio de Janeiro e de São Paulo, o crime organizado consolidou-se em todos os Estados e apossou-se da Amazônia, sem que o governo conseguisse unir os pontos e reconhecer as alarmantes proporções nacionais do problema.

Retomar o controle integral do território e liberar dezenas de milhões de brasileiros do jugo de facções criminosas tornou-se imperioso. E o combate efetivo ao crime organizado vai sair caro. Muito caro. Para abrir espaço fiscal e acomodar o que se fará necessário, o governo terá de mudar suas prioridades. E pôr fim à pilhagem do Estado que vem perpetrando para se manter no poder.

O País terá de criar juízo e deixar de lado a visão neoperonista rasteira que domina a concepção lulista de que governar é patrocinar interminável distribuição de benesses aos eleitores. Da provisão gratuita de gás à energia elétrica de graça. Da superindexação da colossal folha de benefícios previdenciários e assistenciais à isenção demagógica de Imposto de Renda.

Teremos, afinal, em 2026, um debate pautado pelas reais preocupações do eleitor? Quem dera.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.